

**Guia Ético
para falar de
Trabalho
Sexual nos
media**

Amarna Miller

Guia Ético para falar de Trabalho Sexual nos media

Amarna Miller

© Amarna Miller

Copyright Junho 2018

Madrid, Espanha

Twitter: @amarnamiller

Instagram: @amarnamiller

Youtube: /amarnamiller

amarna@amarnamiller.com

Sintam-se à vontade para reproduzir, distribuir e transmitir esta publicação, no seu todo ou em parte.

Podem fotocopiar e armazená-la de todas as formas possíveis sem que tenham de pedir autorização para qualquer utilização desejada.

Sim, também a podem utilizar para fazer montagens ou para embrulhar presentes de Natal de última hora.

É claro que não iria magoar se citassem as pessoas envolvidas na publicação.

Este guia foi feito graças aos utilizadores do meu Patreon.

Escrito por:
Amarna Miller

Correções e traduções:
Noemí Casquet
Claudia S

Design:
relajaelcoco

Fotos:
Marta Pawlik
Ian Dooley.

Agradecimentos:
Valérie May
Shirley McLaren
Natalia Ferrari
Paula Vip
Blanca
Aprosex
Hetaira
RedTraSex

Este guia foi possível graças aos utilizadores do Patreon que decidiram apoiar este projeto. Obrigada!

A tradução desta obra é de responsabilidade da Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) no âmbito do projeto POWER - Promote Sex Worker's Rights, a qual assume a responsabilidade pelo conteúdo aqui produzido.

O POWER – Promote sexWorkErs Rights - é um projeto promovido pela APDES/PortoG e financiado pela Open Society Foundations (OSF). Este projeto visa apoiar a promoção dos direitos das pessoas que fazem trabalho sexual, reconhecendo-as como protagonistas na identificação de necessidades, na avaliação de medidas legislativas e na formulação de políticas públicas relacionadas à sua atividade e seus direitos.

Coordenador: Pedro Machado

Técnica de Advocacy: Fernanda Belizário

Técnicas de Redução de Risco: Rita Neto, Ana Paula Carvalho, Ana Leite

Tradução e versão: Bruna Gomes, Fernanda Belizário

Revisão: Pedro Machado, Rita Neto, Ana Paula Carvalho e Ana Leite

Como citar este documento

Miller, Amarna (2020). Guia Ético para falar sobre trabalho sexual nos media. trad. Agência Piaget para o Desenvolvimento. Vila Nova de Gaia: APDES.



Introdução

A cada segundo da nossa vida, estamos a receber um fluxo constante de informação. Anúncios na televisão, banners cintilantes capazes de contornar o AdBlock.

Colocação de produtos nas redes sociais dos nossos influenciadores preferidos.

A comunicação em larga-escala tem um papel importante no desenvolvimento da sociedade, e é inevitável que a nossa perceção seja condicionada pela informação que recebemos.

Infelizmente, os preconceitos estão presentes em todos os locais dos quais esperaríamos obter informação não enviesada.

Demasiadas vezes, são os próprios média que reproduzem e intensificam ideias estereotipadas, o que reforça a discriminação que os coletivos oprimidos já sentem.

As minorias são relegadas a um espaço de fala apenas nos discursos periféricos, e as suas experiências perdem-se no nevoeiro, tal como a possibilidade de encontrarem o seu próprio lugar nos meios de comunicação em massa.

Por outras palavras, aqueles que não se encontram sob o olhar hegemónico são relegados para o esquecimento.

O trabalho sexual é uma daquelas áreas em que o peso dos preconceitos exclui a narração de

histórias objetivas. Misture algumas colheres de sopa de sensacionalismo com uma pitada de clickbait e teremos o prato perfeito para tornar qualquer entrevistador num fantoche ao serviço de uma linha editorial que procura visualizações a qualquer custo.

Este guia visa estabelecer um manual de boas práticas para discutir o trabalho sexual nos média, eliminando discursos discriminatórios e promovendo as visões que levam em conta a realidade dos protagonistas da história através de uma perspetiva justa, igualitária e inclusiva; demonstrando que é possível criar artigos interessantes, verdadeiros e responsáveis que também originam visualizações. Começemos pelo princípio...

Com que preconceitos têm de lidar as trabalhadoras do sexo¹?

Para apresentamos informação objetiva de forma precisa, temos primeiro que perceber quais os preconceitos que habitam o imaginário popular.

Aqui analisaremos os cinco preconceitos mais comuns com que as pessoas que fazem trabalho sexual têm de lidar. 🍆

1. Ou Vítima ou Burguesa

O binómio eterno. Aos olhos dos média, as trabalhadoras do sexo dividem-se apenas em dois grupos distintos. Ora são vítimas iludidas, abusadas e que acabaram neste negócio contra a sua vontade; ou personificam a rapariga rica perfeita que se envolve no trabalho sexual como um ato de rebelião burguesa. A prostituta de rua ou a acompanhante de luxo. A atriz pornográfica maltratada, ou aquela que se torna rica às custas do sofrimento dos outros. *Hot Girls Wanted* vs. *The Secret Diary of a Call Girl*.

“Usualmente, as trabalhadoras do sexo são retratadas como vítimas absolutas das circunstâncias”

Shirley McLaren é uma mulher trans mexicana nos seus trintas, migrante em Espanha, formada em Comunicação e trabalhadora do sexo há onze anos. “Este binarismo é perigoso porque invisibiliza todas aquelas que não caem em nenhuma dessas duas categorias, que, a propósito, são a imensa maioria.”, diz ela. “O que causa estes estereótipos é, por um lado, a criação de um pânico moral sobre mulheres pobres que são sequestradas dos seus países de origem, um argumento desempoderador que retira toda a liberdade de nós, mulheres que decidimos migrar (ninguém diz que os homens são sequestrados das suas casas, mas sim que eles se aventuram). E, por outro lado, a criação de uma falsa imagem de ‘privilegiada’ para silenciar aquelas de nós que são visíveis e que lutam pelos nossos direitos.”

Do coletivo *Hetaira*, fundado há 22 anos por um grupo de mulheres cis e trans do movimento feminista, elas destacam: “Usualmente as trabalhadoras do sexo são retratadas como vítimas absolutas das circunstâncias, paradoxalmente nos mesmos artigos que falam sobre as políticas que as criminalizam sem que se faça qualquer tipo de menção crítica em relação a isso. Num grau menor e em uma narrativa mais parecida a de um filme, temos o outro extremo: a imagem da prostituta glamorosa que nada em dinheiro. Ambas desumanizam e não abordam as realidades concretas: discriminação legal, não podermos alugar

um apartamento, o que implica ser uma migrante, o estigma, a maternidade em vários casos, os altos e baixos do trabalho, estratégias de resistência ou a vida diária, por exemplo.”

2. A maioria das trabalhadoras sexuais são vítimas de tráfico

“A informação está lá, só tens de a querer ver.” Disse há alguns dias Natalia Ferrari, uma mulher de 25 anos que tem trabalhado como prostituta independente por cinco anos.

Ela está a falar sobre o relatório elaborado pelo GRETA (Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings), focado na luta contra o tráfico de seres humanos.

A 27 de setembro de 2013, o GRETA apresentou um texto perante a solicitação da Convenção do Conselho da Europa Contra o Tráfico Humano em Espanha². Os resultados são extremamente críticos e desconstroem várias das ideias pré-concebidas que existem em torno do trabalho sexual.

Entre várias outras coisas, enfatizam a importância de não confundir tráfico humano com trabalho sexual, e a necessidade de proteger os direitos humanos das vítimas.

Outro tópico recorrente mencionado no relatório é a necessidade de separar o conceito de tráfico humano da prostituição forçada.

“O mito sobre a prostituta pobre que trabalha nas ruas com um proxeneta que conta cada cêntimo que ela ganha e aquele sobre a mulher trancada e forçada a ter sexo sem o seu consentimento, são os mais prejudiciais.”

“O mito sobre a prostituta pobre que trabalha nas ruas com um proxeneta que conta cada cêntimo que ela ganha e aquele sobre a mulher trancada e forçada a ter sexo sem o seu consentimento, são os mais prejudiciais. Se nos ativermos nos dados da ONU³, uma em sete mulheres estão em situação de tráfico. O resto de nós

ganha a vida a trabalhar no que escolhemos, tão simples quanto isso.” Diz Paula Vip, diretora da associação espanhola Aproxex, dedicada à defesa dos direitos das pessoas que fazem trabalho sexual.

“Este mito de que todas nós temos um proxeneta às nossas costas, que andamos todas a ser violadas diariamente, que estamos alienadas e não sabemos o que estamos a dizer, que somos toxicodependentes, alcoólicas, que não temos a capacidade de criar os nossos próprios filhos; veio a calhar para as abolicionistas continuarem a infantilizar as prostitutas e a falar em seu nome.”

3. O Holofote da Delinquência

Aos olhos da sociedade, o crime e o trabalho sexual são conceitos intrinsecamente ligados. Estes preconceitos alimentam uma perceção enviesada da realidade.

“Estamos rodeadas de condições desfavoráveis que nos fazem constantemente enfrentar situações perigosas ou ilícitas.”

“Quando um político diz ‘Vou trabalhar para fortalecer a segurança no país’, falam sempre sobre drogas e prostituição. Como se o trabalho sexual estivesse relacionado com o crime. No final, eles reforçam um mito criado pela ignorância.”, diz Elena Reynaga, membro fundadora e atual secretária executiva da Rede de Trabalhadoras do Sexo da América Latina e das Caraíbas, que tem vindo a lutar desde 1997 pela defesa e promoção dos direitos humanos deste setor. Esta mesma organização publicou, há sete anos, um guia para a abordagem jornalística ao trabalho sexual e aos trabalhadores do sexo e tornou-se uma referência absoluta⁴.

Como mencionado no guia, “é sempre necessário salientar que o trabalho sexual não é ilegal ou indigno, mas as condições da sua realização são indignas, devido à falta de regulamentação e normas que o reconheçam como um trabalho. Nós não somos criminosas, o ambiente de falta de proteção, falta de legislação e a não garantia dos nossos direitos, “encerra-nos” em alguns setores

nos quais muitas vezes somos vítimas de situações ilícitas. O que acontece em alguns casos é que devido ao segredo e marginalidade para os quais somos empurradas, estamos rodeadas de condições desfavoráveis que nos fazem constantemente enfrentar situações perigosas ou ilícitas.”

4. Ninfomaníaca

Uma vez que no imaginário social é incompreensível que existam mulheres que realmente querem se dedicar ao trabalho sexual, tende-se a patologizar a sua decisão.

“O trabalho sexual não é ilegal ou indigno, mas as condições da sua realização são indignas, devido à falta de regulamentação e normas que o reconheçam como um trabalho.”

Assim sendo, supõe-se que elas são viciadas em sexo, pessoas com um desejo sexual insaciável que acabam nesse negócio para satisfazer as suas fantasias. “As pessoas imaginam uma trabalhadora do sexo como se elas fossem ‘devoradoras de homens’, sem perceberem que talvez na sua vida pessoal ela possa ser lésbica! A tua privacidade não tem de ter nada a ver com o teu trabalho. Por vezes eles esquecem-se que antes de ser uma trabalhadora do sexo, é uma pessoa que sonha e sente como qualquer outra.”, destaca Elena.

5. O corpo para venda

Um dos argumentos mais recorrentes quando se trata de criticar o trabalho sexual é a ideia da comercialização do corpo. No entanto, este paradigma ignora que o bem comercializado é a força do trabalho, não o corpo das protagonistas. Da mesma forma que uma vendedora não vende as suas mãos ao dobrar roupas, a trabalhadora do sexo não está a vender os seus genitais. Assim podemos afirmar que os bens vendidos são as horas durante as quais a trabalhadora oferece um serviço, neste caso de natureza sexual.

Recomendações quando se aborda o Trabalho Sexual

Agora que compreendemos os principais estigmas, estereótipos e preconceitos acerca do trabalho sexual, apresentaremos oito sugestões a ter em conta ao lidar com notícias relacionadas ao setor, de uma perspectiva ética e responsável.

1. Desconstrução pessoal do jornalista

Como um agente transmissor de informação, é da responsabilidade do jornalista estar num processo constante de desconstrução.

Isto irá evitar impregnar o trabalho com valores pessoais, focando-se em oferecer textos informados a partir da realidade.

“Existe muita desinformação, dogmas e uma forma irresponsável de tratar informação que é falsa.”

A representação do trabalho sexual na cultura popular (séries, filmes, literatura...) criou uma imagem que, em muitos casos, não é verdadeira. Para que esses estereótipos que temos internalizado não sejam transmitidos no nosso trabalho, penso que seria interessante convidar o jornalista a questionar se o trabalho que está a fazer está enviesado pelos seus ideais e crenças enquanto indivíduo, ou se é uma representação confiável da realidade.

2. Pesquisa por informação confiável e de fontes contrastantes

Mais meios de comunicação do que o que seria de esperar copiam dados publicados noutros artigos sem verificar as fontes que os suportam.

O resultado são textos cheios de terminologia incoerente e números falsos, sem uma fonte credível.

Erros recorrentes são transformados em realidades aos olhos da população pelo simples facto de serem repetidos uma e outra vez nos artigos, notícias e entrevistas. Em alternativa, a informação objetiva deve ser promovida, sem cair em sensacionalismos ou dados desnecessários.

“Existe muita desinformação, dogmas e uma forma irresponsável de tratar informação que é falsa.”, diz-me Natalia. “Uma das coisas que mais me motivou a erguer-me e a dar

entrevistas foi perceber que o retrato popular dos média não tinha nada a ver com a minha experiência, e que a representação que eles faziam da minha profissão não incluía sequer a voz das prostitutas. Como é que é possível discutir um assunto sem ter as pessoas protagonistas em mente? Alguns erros clássicos são o uso da expressão ‘comércio de escravas brancas’ para falar sobre as vítimas de exploração sexual forçada, sugerir que a prostituição não é legal nem ilegal em Espanha, fazer a diferenciação entre prostitutas livres (aquelas que gostam) e prostitutas vítimas (aquelas que o fazem por dinheiro), quando todas nós somos trabalhadoras esforçadas e o fazemos por dinheiro, e quer gostemos quer não, é irrelevante. Também nos chamam regulacionistas quando somos pró-direitos.”

“O discurso de que as prostitutas são corpos para venda para o uso e abuso do homem que paga, não apenas nos torna invisíveis como nos coloca em perigo, sugerindo que este é o trabalho de uma prostituta.”

3. Dar voz às experiências das pessoas protagonistas

Estamos habituados ao facto de os média repercutirem quase exclusivamente as circunstâncias e situações negativas relacionadas com o setor (mortes de trabalhadoras do sexo, abusos, problemas...), mas dificilmente mencionam qualquer experiência na primeira pessoa que não tenha uma carga estigmatizante. Quando se fala sobre trabalhadoras do sexo que defendem o seu trabalho ou têm uma perspetiva positiva sobre isso, elas são tratadas como “exceções”, utilizando-se frequentemente argumentos pejorativos relativamente às suas colegas (“a prostituta que escreve bem”, “a atriz pornográfica que cita Nietzsche”).

“É necessário empoderar as protagonistas para que as suas vozes sejam ouvidas, as prostitutas não precisam de proteção.”

Quando lidamos com tópicos relacionados com o trabalho sexual, é necessário destacar os testemunhos dos envolvidos segundo uma perspectiva de género, com especial ênfase em mostrar o ponto de vista das mulheres trans, migrantes, racializadas e pertencentes a grupos historicamente excluídos dos discursos hegemónicos.

“Os argumentos que nós, trabalhadoras do sexo, damos são reduzidos a nada uma vez que a imagem criada ao longo de décadas é mais forte do que a nossa mensagem.”

“Os argumentos que nós, trabalhadoras do sexo, damos são reduzidos a nada uma vez que a imagem criada ao longo de décadas é mais forte do que a nossa mensagem. A sociedade ainda não aceita que as trabalhadoras do sexo possam ser inteligentes, instruídas, independentes, sexualmente livres e feministas”, diz Valérie May, uma mulher de 29 anos que trabalha na prostituição independente há pouco mais de um ano. “Eu gostaria que os média parassem de dar espaço a académicos abolicionistas ou pessoas que não têm, nem tiveram, uma relação direta com a prostituição”, diz Natalia Ferrari.

“É necessário empoderar as protagonistas para que as suas vozes sejam ouvidas, as prostitutas não precisam de proteção. O mesmo se aplica a qualquer jornalista que pense que tem algo a dizer acerca de como são as relações com os nossos clientes. Nós somos capazes de analisar a sexualidade e a masculinidade dentro do nosso trabalho a partir de uma perspectiva feminista. Conseguem imaginar eruditos cis a falar sobre os problemas que a comunidade trans está a enfrentar, como se as mulheres trans fossem incapazes de falar sobre aquilo com que têm de lidar e pedir pelo que precisam? Eles usam os seus privilégios para

expressar a sua opinião sobre o nosso trabalho sem nós, mas aquilo que eles deveriam fazer era ajudar-nos.”

“Quando falamos sobre trabalho sexual trans, presume-se que é uma pessoa sem preparação académica e que, se ela não fosse muito normativa, não poderia sequer trabalhar como caixa.”, diz Blanca, que tem trabalhado na prostituição há cinco anos. “Muitos apontam para a minha cultura e inteligência com surpresa. Eles assumem de antemão que sou uma mulher mal preparada, que vem de um ambiente destruturado.”

“Nós somos capazes de analisar a sexualidade e a masculinidade dentro do nosso trabalho de uma perspetiva feminista. Conseguem imaginar eruditos cis a falar sobre os problemas que a comunidade trans está a enfrentar, como se as mulheres trans fossem incapazes de falar sobre aquilo com que têm de lidar e pedir pelo que precisam? Eles usam os seus privilégios para expressar a sua opinião sobre o nosso trabalho sem nós, mas aquilo que eles deveriam fazer era ajudar-nos.”

“Na verdade, os média raramente se referem a uma mulher trans quando abordam o trabalho sexual,” diz Shirley. “As entrevistas com mulheres trans são sobre o que se ganha numa noite, os serviços que fornecem e qualquer outra situação que poderá ser mórbida, sem que se aprofunde a situação estrutural em que as mulheres trans, especialmente se forem migrantes, podem encontrar no momento em que acedem ao mercado de trabalho não-sexual. Eu fico sempre com a impressão de que a intencionalidade deste tipo de reportagem não é mudar uma narrativa, mas antes reafirmar ainda mais a crença que muita gente tem de que pessoas trans são algo que não se quer realmente conhecer ou ter por perto.”

4. Evitar hierarquias

Uma boa quantidade de palavras usadas na referência às trabalhadoras do sexo inclui uma carga terrível a nível social. “Putá” ou “serva sexual” são exemplos de denominações que carregam um claro estigma, enquanto que quando falamos de “atriz pornográfica”, “acompanhante” ou “prostituta de luxo” parece haver quase um certo glamour na perceção social das suas definições. “Tens de ter cuidado quando utilizas o termo ‘acompanhante’”, diz-me Valérie. “Isso não deve ser usado para diferenciar posições sociais ou para criar uma hierarquia dentro do próprio trabalho sexual.”

“Estamos habituadas ao facto de os média repercutirem quase exclusivamente as circunstâncias e situações negativas relacionadas com o setor.”

Embora haja uma parte dentro do feminismo pró-sexo que propõe o uso de algumas destas palavras historicamente pejorativas, a fim de lhes atribuir um novo significado (da mesma forma que a comunidade LGBTI recuperou o uso dos termos “faggot” – “paneleiro” ou “dyke” – “fufa”), é sempre necessário perguntar à trabalhadora do sexo sobre de quem se está a falar, de que forma é que ela prefere ser chamada.

“É desnecessário ilustrar os artigos com fotografias roubadas de colegas de trabalho na rua, ou imagens em stock de mulheres com saltos altos e minissaias, sempre sem rostos; mesmo quando a entrevista é feita a prostitutas que demandam serem visíveis.”

“No geral, a menos que eu o diga, o termo mais preciso para o jornalista dizer deveria ser ‘trabalhadora sexual’”, diz Natalia. “O propósito desta terminologia é tornar claro que somos mulheres

trabalhadoras, não diferenciadas de outros setores. Há uma hierarquia social onde parece que ser uma atriz pornográfica é melhor do que ser uma prostituta, e isto apenas serve para encorajar preconceitos. Estamos em diferentes setores, mas todas nós somos mulheres trabalhadoras com o mesmo estigma.”

5. Não usar material gráfico que alimente preconceitos e respeitar o direito à privacidade das trabalhadoras do sexo

É comum para os média permitirem-se publicar imagens de trabalhadoras do sexo sem o seu consentimento.

Como regra sem exceções, questione sempre se elas estão dispostas a ser filmadas ou fotografadas. No caso das entrevistas, os meios de comunicação têm de se comprometer a utilizar as fotografias que foram enviadas pelas próprias e evitar tirar material gráfico da internet. Por exemplo, tirar capturas de ecrã de cenas de pornografia ou imagens de outras entrevistas.

“Há uma hierarquia social onde parece que ser uma atriz pornográfica é melhor do que ser uma prostituta, e isto apenas serve para encorajar preconceitos. Estamos em diferentes setores, mas todas nós somos mulheres trabalhadoras com o mesmo estigma.”

“É desnecessário ilustrar os artigos com fotografias roubadas de colegas de trabalho na rua, ou imagens em stock de mulheres com saltos altos e minissaias, sempre sem rostos; mesmo quando a entrevista é feita a prostitutas que afirmam ser visíveis.”, diz Natalia.

Da mesma forma, a informação pessoal das trabalhadoras não deve ser publicada sob quaisquer circunstâncias sem o seu consentimento (o seu nome real, por exemplo), mesmo que outros

meios de comunicação tenham vazado esta informação no passado. Este é um trabalho no qual vários preconceitos ainda pesam e, por razões de segurança, o direito à privacidade dos protagonistas deve ser respeitado.

“Pode acontecer que, devido ao estigma, discriminação e preconceito, algumas de nós não contem à nossa família ou na nossa vizinhança que somos trabalhadoras do sexo, e realizamos o nosso trabalho longe dos nossos espaços de convivialidade para que não haja represálias de qualquer tipo para connosco ou para com as nossas famílias”, podemos ler no guia RedTraSex⁴.

6. Eliminar discursos paternalistas

A perceção das trabalhadoras do sexo enquanto vítimas que necessitam de ajuda encoraja o uso de expressões que oprimem a sua identidade enquanto indivíduos, por exemplo “mulheres em situação de prostituição”.

“Eles falam sobre nós como se fôssemos coisas, ao mesmo tempo em que denunciam que a prostituição nos objetifica”

“Eles falam sobre nós como se fôssemos coisas, ao mesmo tempo que denunciam que a prostituição nos objetifica. O discurso de que as prostitutas são corpos para venda, para o uso e abuso do homem que paga, não apenas nos torna invisíveis como nos coloca em perigo, sugerindo que este é o trabalho de uma prostituta”, diz-me Natalia.

“Não importa o quanto eu diga que estou bem, sinto que essas pessoas me querem resgatar” diz Valérie. “Além disso, eu enfrento constantemente a ideia de que isto não é realmente algo sério para se fazer na vida.”

7. Não confundir tráfico, exploração e trabalho sexual

“Misturar prostituição com tráfico é um erro muito sério”, acrescenta Natalia. “Não apenas para as prostitutas, mas também para as próprias vítimas de tráfico, como cita a GRETA.”

O relatório da GRETA não é o único que suporta estas reivindicações.

A Organização Internacional do Trabalho⁵ também insistiu em apontar que a maioria das vítimas de tráfico são efetivamente exploradas na economia privada.

Especificamente, “do total de 20.9 milhões de trabalhadores forçados, 18.7 milhões (90 por cento) são explorados na economia privada por indivíduos ou empresas. Destes últimos, 4.5 milhões (22 por cento) são vítimas de exploração sexual forçada, e 14.2 milhões (68 por cento) são vítimas de exploração laboral forçada em atividades económicas como a agricultura, construção, trabalho doméstico ou a manufactura”.

A ONU tem também um relatório sobre isso⁵, intitulado Tráfico de pessoas para a Europa para exploração sexual.

De acordo com as suas figuras, “cerca de uma em sete [prostitutas] seria uma vítima de tráfico.” Isto configura uma percentagem de 14 por cento da prostituição na Europa, um número que em nada tem a ver com aqueles que normalmente são tratados nos média.

“Misturar prostituição com tráfico é um erro muito sério”

A Amnistia Internacional publicou, em maio de 2016, nada mais nada menos que quatro relatórios de pesquisas sobre violações dos direitos humanos sofridas por pessoas que fazem trabalho sexual⁶. Estes focaram-se na Noruega, Argentina, Hong Kong e Papua Nova Guiné.

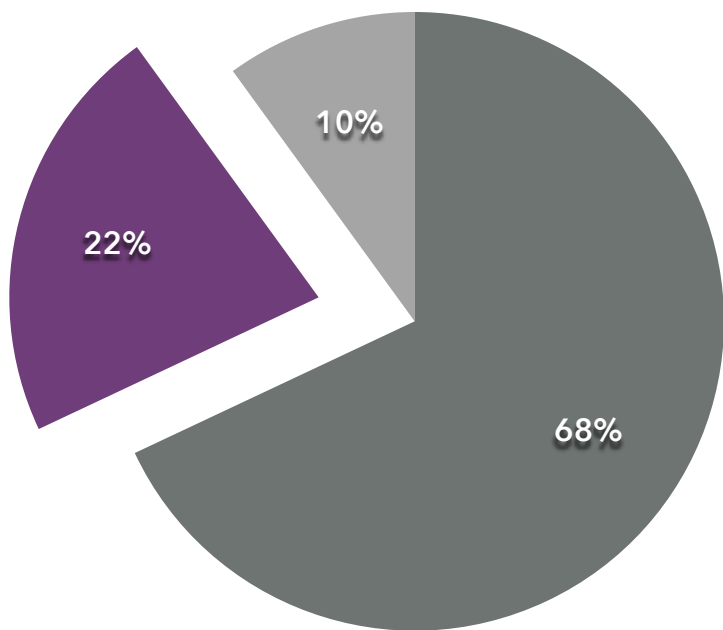
Os seus resultados são esclarecedores: regulamentações punitivas do trabalho sexual devem ser removidas nos casos em que há “consentimento entre adultos, já que reforçam a marginalização, o estigma, a discriminação e podem negar às

peças que exercem trabalho sexual o acesso à justiça sob a proteção da lei”7.

A propósito, vale a pena mencionar que a Amnistia Internacional faz parte de um grande grupo de organizações que apoiam ou exigem a descriminalização do trabalho sexual consentido.

Estas incluem a Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres (Global Alliance Against Traffic in Women), a Comissão Global sobre VIH e Lei (Global Commission on HIV and Law), o Observatório dos Direitos Humanos (Human Rights Watch), o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/ SIDA (UNAIDS), o relator especial da ONU sobre o direito à saúde e a Organização Mundial de Saúde.

DO TOTAL DE 20,9 MILHÕES DE
TRABALHADORXS FORÇADXS



- Vítimas de exploração sexual
- Vítimas de trabalho forçado (agricultura, trabalho doméstico) etc
- Trabalho forçado imposto pelo Estado (trabalho forçado, forças armadas etc.)

8. Em caso de dúvida, consultar associações de trabalhadoras do sexo

Existe uma grande variedade de organizações que defendem os direitos das pessoas que fazem trabalho sexual.

Contactar estas associações é a forma mais fácil de obter informação atualizada e objetiva.

Entre outras:

Coletivo Hetaira⁸

Aprosex (Asociación de profesionales del sexo)⁹

RedTraSex (Red de trabajadoras sexuales de Latinoamérica y el Caribe)¹⁰

Ammar (Asociación de Mujeres Meretrices de la Argentina)¹¹

APAC (Adult Performer Advocacy Committee)¹²

SWOP-USA (Sex Workers Outreach Project US) ¹³

MTS (Movimento dos Trabalhadores do Sexo de Portugal)¹⁴

Conclusão

Faz parte da ética jornalística oferecer informação verdadeira e objetiva, que seja próxima da realidade, de forma a que os destinatários da mensagem possam esculpir as suas próprias conclusões.

Além disso, se o assunto referido incluir um grupo estigmatizado, esta máxima auxiliá-los-á a recuperar uma posição de autoridade, que os ajudará a transgredir os espaços da marginalidade.

Sim, o conhecimento empodera.

A falta de informação objetiva sobre o trabalho sexual encheu de estereótipos a perceção deste por vários anos.

Finalmente chegou a altura de posicionarmos a nós mesmos como aliados daqueles que não têm sido ouvidos sobre a sua própria luta, para que possamos começar a perceber este trabalho da perspectiva dos seus protagonistas.

O Quarto Poder é uma arma poderosa ao serviço das pessoas. Molda o nosso conhecimento e ajuda a delinear o nosso discernimento.

Por um jornalismo interseccional e comprometido, vamos aprender como abordar de forma responsável o trabalho sexual nos meios de comunicação.

Referências

¹ Este texto foi escrito utilizando maioritariamente pronomes femininos de forma generalista, dado que os estigmas e preconceitos que rodeiam o trabalho sexual são acentuados quando se trata de mulheres. No entanto, esta foi uma decisão tomada pela autora e as dicas e sugestões aqui mencionadas podem e devem ser aplicadas a todos os géneros existentes.

² GRETA (Group of experts on action against trafficking in human beings) Report concerning the implementation of the council of Europe Convention on action against Trafficking in Human Beings by Spain, Strasbourg, 2013. www.colectivohetaira.org/informe-greta

³ UNODC, Extracto de The Globalization of Crime – A Transnational Organized Crime Threat Assessment, Viena, 2010. www.unodc.org/documents/publications/TiP_Europe_ES_LORES.pdf?fref=gc

⁴ RedTraSex (Red de trabajadoras sexuales de Lationamérica y el Caribe), Guía para el abordaje periodístico del trabajo sexual y las trabajadoras sexuales, 2014, www.redtralsex.org/IMG/pdf/guia_periodistas_redtralsex.pdf

⁵ UNODC, Extracto de The Globalization of Crime – A Transnational Organized Crime Threat Assessment, Viena, 2010 www.unodc.org/documents/publications/TiP_Europe_ES_LORES.pdf?fref=gc

⁶ Amnesty International, Papua New Guinea: outlawed and abused: Criminalizing sex work in Papua New Guinea, Papua New Guinea, 2016.

Amnesty International, China: Harmfully isolated: Criminalizing sex work in Hong Kong, China, 2016.

Amnesty International, “Lo que hago no es un delito” El coste humano de penalizar el trabajo sexual en la ciudad de Buenos Aires, Argentina, 2016.

Amnesty International, Norway: The human cost of crushing the market. Criminalization of sex work in Norway, Noruega, 2016.

⁷ Amnesty International, Política de Amnistía Internacional sobre la obligación del estado de respetar, proteger y realizar los derechos humanos de las personas dedicadas al trabajo sexual, 2016.

www.es.amnesty.org/en-que-estamos/noticias/noticia/articu-lo/graves-violaciones-de-derechos-humanos-sufridas-por-trabajadoras-y-trabajadores-sexuales-en-el-mundo

⁸ Colectivo Hetaira www.colectivohetaira.org

⁹ Aproxex www.aproxex.org

¹⁰ RedTraSex www.redtralsex.org

¹¹ Ammar www.ammar.org.ar

¹² APAC www.apac-usa.com

¹³ SWOP- USA www.new.swopusa.org

¹⁴ MTS - <https://mts.parafuso.net> (nota da tradução)

